

V.20 nº42 (2024)

REVISTA DA

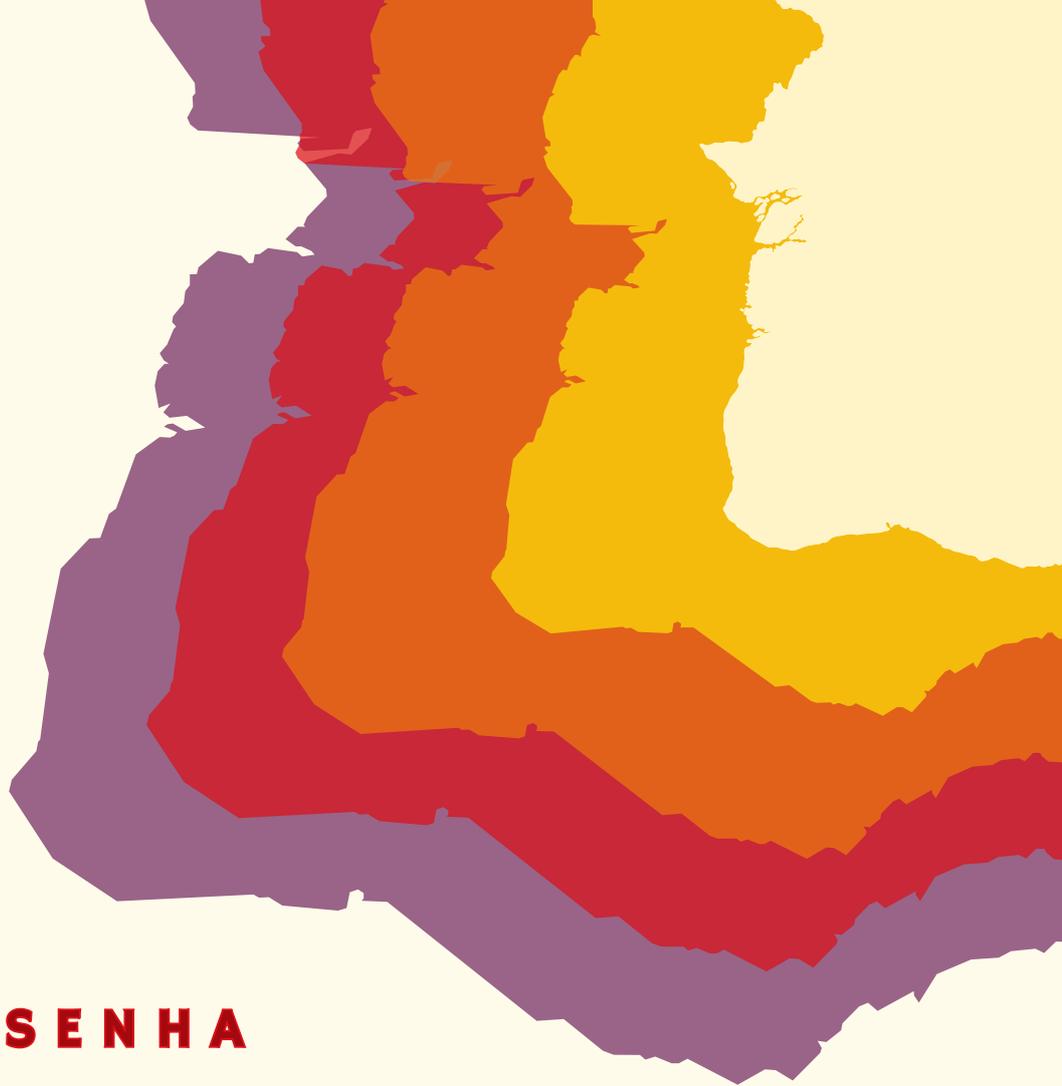
# AN PE GE

ISSN 1679-768X

A stylized lowercase letter 'a' in a white, rounded font, positioned above the organization's name.

ANPEGE

Associação Nacional  
de Pós-graduação e  
Pesquisa em Geografia



**RESENHA**

**Califórnia Gulag: prisões,  
crise do capitalismo e  
abolicionismo penal**

*California Gulag: prisons, crisis of capitalism and  
penal abolitionism*

*Gulag de California: prisiones, crisis del capitalismo y  
abolicionismo penal*

DOI: 10.5418/ra2024.v20i42.19108

**LIVIA CANGIANO ANTIPON**

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

**V.20 n°42 (2024)**

e-issn : 1679-768X

**Resenha.** GILMORE, Ruth Wilson. **Califórnia Gulag:** prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal. Tradução de Bruno Xavier. São Paulo: Igrá Kniga, 2024<sup>1</sup>.

Dezessete anos separam a publicação do livro *Golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California* de Ruth Wilson Gilmore (2007), da sua primeira e recente tradução para o português, intitulada **Califórnia gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal**, publicada pela Editora Igrá Kniga<sup>2</sup>(2024) e realizada de forma primorosa pelo geógrafo Bruno Xavier. Essa longa espera pela tradução da obra para a língua portuguesa pode ser explicada, entre outros, pelas hierarquias que organizam a esfera editorial brasileira na qual o componente racial exerce um papel importante (Marchetti, 2023)<sup>3</sup>. Em que pese esse atraso, *Califórnia gulag* ainda se mostra atual e colabora para pensarmos as mudanças políticas, econômicas e sociais do período contemporâneo e aprofunda temas e discussões em voga na Geografia brasileira, como a questão racial<sup>4</sup>.

O livro é fruto de um longo trabalho de militância e pesquisa acadêmica da geógrafa afro-estadunidense, professora nos departamentos *Earth and Environmental Sciences, Africana Studies* e *American Studies* da *City University of New York (Graduate Center)*, além de co-fundadora de uma série de organizações comprometidas com o trabalho abolicionista, tal qual a *Critical Resistance*<sup>5</sup>. Com esta obra, Gilmore coloca-se como uma das intelectuais mais importantes da atualidade no campo dos estudos do capitalismo racial e do abolicionismo penal.

Amparada na Tradição Radical Negra (Robinson, 1983) – pensando “sobre como organizadores e ativistas negros (...) comprometidos com a emancipação, às vezes combinavam, de maneira bastante crítica, *insights* do materialismo histórico, com outros que vieram de um tipo de consciência” (Gilmore, 2024, s/p) –, a autora expõe as contradições da economia política do estado da Califórnia, ao analisar o vertiginoso aumento de complexos prisionais dos Estados Unidos desde os anos 1980 e a oposição popular ao uso cada vez maior de prisões como soluções genéricas e “geográficas parciais para as crises econômica e política” (p. 80), a partir das lutas antiprisionais de mães e familiares de pessoas, sobretudo afro-estadunidenses e latinas, que tiveram suas liberdades privadas pelo Estado racial.

<sup>1</sup> Agradeço as conversas com Bruno Xavier, Cristiano Alves, Maria Fernanda Novo e Rafael Godoi, cruciais para o desenvolvimento desta crítica.

<sup>2</sup> <https://www.igrakniga.com/publicacoes>.

<sup>3</sup> A tese de Marchetti (2023) trata o papel intermediário de Sartre, um intelectual branco, na recepção de ideias de autores anticoloniais negros como Fanon e Senghor, nos anos 1950 e 1960 no Brasil.

<sup>4</sup> À exemplo das discussões trazidas pela Seção Temática “Geografias Negras” pela Revista da ANPEGE em 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/issue/view/623>. Último acesso em 29 de setembro de 2024.

<sup>5</sup> Para maiores informações consultar: <https://criticalresistance.org/>. Último acesso em 27 de setembro de 2024.



Organizado em seis capítulos, o livro possui ainda um prólogo e um epílogo. Nestes últimos, a autora nos convida a entrar em um ônibus junto aos familiares em luta pela vida e liberdade de seus parentes que cumprem longas penas atrás das grades. Assim, acompanhamos o trajeto de centenas de quilômetros entre as residências desses familiares e as unidades prisionais californianas, e, pelas janelas e com essas pessoas, somos apresentados à geografia carcerária do estado no final do século XX e início do século XXI – “um sistema no qual a punição se tornou tão industrializada quanto a produção de carros, roupas, mísseis ou o cultivo do algodão” (p. 50). Com a ação dessas famílias compreendemos a dinâmica de organizações políticas cotidianas que desafiam “o poder total das forças estatais (e civis) armadas contra elas” (p. 324) em busca do direito de construir novos “horizontes para além dos muros” (p. 31). É este o movimento que a autora propõe ao longo de sua obra explicando os pormenores do aumento de aproximadamente 500% da população carcerária da Califórnia entre 1982 e 2000.

No capítulo 1, Gilmore introduz o problema central de sua análise: a indagação sobre “como, por que, onde e com qual propósito uma das economias políticas mais ricas e diversas do planeta organizou e executou” (p. 56) o maior plano de construção de prisões da história mundial. Para responder ao questionamento norteador da obra, a autora “mapeia as mudanças na estrutura do estado, nas economias locais e regionais e nas identidades coletivas” (p. 56) e fraturadas da Califórnia. É também neste momento em que tanto as explicações dominantes e as contraexplicações para o entendimento do crescimento prisional da Califórnia aparecem, são tensionadas, problematizadas e refutadas mediante dados que comprovam que, mesmo o crime diminuído historicamente na Califórnia, a expansão prisional se fez presente.

De um lado, as explicações conservadoras que naturalizam a relação “crime” x “punição”: (i) a responsabilização do aumento prisional em razão do aumento do crime e a necessidade de repressão para a sua diminuição; (ii) o aumento da epidemia de drogas e sua criminalização; (iii) as mudanças estruturais da sociedade dos Estados Unidos cujo principal resultado é o desemprego e, conseqüentemente, diante do desafio de encontrar novas fontes de renda, o aumento da prática de crimes contra o patrimônio que devem ser gestadas com o aumento das prisões. De outro, as explicações alternativas para a compreensão dessas mudanças no sistema prisional. Desse modo, a autora evidencia (i) o elemento raça, contexto no qual “um conjunto de argumentos responsabiliza a limpeza racial: as prisões crescem a fim de se livrar das pessoas de cor” (p. 74); (ii) a busca por lucro no setor prisional: privatizações das funções públicas e a possibilidade de extrair o dinheiro excedente das prisões; (iii) a crise econômica da zona rural e a concepção de que a construção de unidades prisionais nestes territórios reverteriam tal quadro; e, (iv) no âmbito da política, a interconexão entre prisões e reformas legais promovidas pelo Estado, no contexto da reforma neoliberal em curso desde a década de 70.

No segundo capítulo, “A economia política da Califórnia”, a autora disserta sobre a história territorial da Califórnia, situando-nos acerca das mudanças que ocorreram no estado desde o século XIX até o início do século XXI e que resultaram, entre outros, na expansão prisional. Gilmore, além de definir a Califórnia como um estado racial normatizador dos Estados Unidos – uma vez que a história de ocupação de seus territórios é marcada pelo genocídio de povos indígenas e a formação de suas identidades nacionais (raça, etnia, cidadania, gênero e localidade) são forjadas pelo mercado de trabalho na região –, sublinha as diversas crises e regulações ocorridas ao longo do século XX e como elas desembocaram na estrutura prisional das pequenas cidades californianas no período contemporâneo.

Para a autora, esta compreensão da Califórnia como um estado prisional exige a reflexão sobre a grande depressão de 1930, o aumento das lutas no campo e nas cidades, as estratégias reformistas (*New Deal*) que acabavam por desarticular e enfraquecer tais lutas e, sobretudo, a destruição criativa da segunda guerra mundial, com a manutenção de uma estrutura militar expansiva, a formação de grandes distritos militares industriais na região e o keynesianismo militar, ou seja, um Estado de bem estar social baseado na guerra (*welfare-warfare state*). É nesse contexto que se atrai uma população afro-estadunidense para a costa oeste dos Estados Unidos em busca de trabalho, modificando-se, assim, a composição racial da região, sem, no entanto, distribuir para esta população as benesses das reformas nacionais: a concentração de pobreza instala-se justamente nos condados negros do estado.

Da era do ouro no pós-guerra ao colapso do sistema de bem-estar social a partir de 1970, sob governo de Ronald Reagan, a Califórnia aprofunda suas tensões e desigualdades raciais, aumenta o desemprego, recua na assistência social, vive o aumento do custo de moradia e a desvalorização do salário mínimo. As capacidades produtivas do estado tornam-se ociosas e as crises dos anos 1980 e 1990 resultam em cortes na educação, na retração da indústria militar, nos levantes de 1992 contra a brutalidade policial racializada e nas respostas do estado com medidas extremas: a exclusão de imigrantes dos serviços sociais, o endurecimento de leis anticrimes, o aumento do encarceramento de pessoas sob penas perpétuas e as ações anti-afirmativas como forma de monopolizar as oportunidades do setor público como educação, empregos e contratos para pessoas brancas.

Conforme Gilmore, o tamanho e a força do projeto de expansão prisional da Califórnia e a consequente mudança de sua paisagem urbana e rural foi a solução econômica e social, a qual ela nomeia de ajuste prisional, encontrada para os quatro excedentes fundamentais “que a economia política recém-posta em desenvolvimento ainda não havia absorvido de outras maneiras” (p. 114): o capital financeiro, a terra, o trabalho e a capacidade estatal.

Assim, no capítulo 3 “O ajuste prisional”, a autora expõe sua tese e indica que a mudança significativa da economia política da Califórnia a partir da década de 1970 cria um novo sistema

prisonal no estado colocando certas capacidades estatais em movimento, fazendo uso de terras ociosas, adquirindo investimento de capital via dívida pública e retirando das ruas 160 mil trabalhadores pobres em uma rede de captura de majoritariamente pessoas afro-estadunidenses e latinas.

É neste capítulo que o questionamento de como ocorreu o ajuste de todos esses excedentes é posto: tanto a partir da produção de novos prisioneiros, quanto por meio da ocupação de novas terras para usos prisionais. O estado passa a aumentar a duração das penas, a criminalizar o uso e comercialização das drogas, a se utilizar de sentenças mínimas obrigatórias, além de aumentar a agenda punitiva contra gangues da região. Tendo em vista a estrutura racial da Califórnia, “as sentenças indeterminadas (...) se transformavam em penas de prisão perpétua para prisioneiros negros, latinos e brancos cujo fracasso em se reabilitarem traduzia-se na recusa em aceitar seu lugar adequado na ordem social” (p. 155). É nesse contexto que proprietários rurais viram na venda de suas propriedades ociosas uma oportunidade para reviver as economias das pequenas cidades, definindo, portanto, o sentido locacional das prisões e trazendo “o estado como empregador e subsidiador do governo local” (p. 198).

No quarto capítulo, ao refletir sobre o porquê de certos lugares adotarem o ajuste prisional, Gilmore comprova como um novo e peculiar gasto do estado é capaz de reconfigurar a paisagem de zonas rurais, caso de Corcoran, cidade do Vale Central californiano, situação geográfica estudada pela autora revelando “entendimentos complexos sobre como prisioneiros se tornaram tão massivamente disponíveis enquanto objetos carcerários” e “como os terrenos sobre os quais as prisões estão, se tornaram disponíveis para tal propósito” (p.204). De maioria latina, com altos índices de desemprego e pobreza, a pequena cidade de Corcoran, no condado de Kings, é um exemplo de lugar que teve suas terras agrícolas irrigadas e de produção do algodão convertidas para o uso prisional em razão de sua crise de excedentes: desemprego, secas que assolaram o estado e a industrialização massiva do algodão a qual proletarizou seus trabalhadores rurais e desarticulou, de uma certa maneira, as suas lutas.

Entre 1985 e 2007 a cidade construiu duas prisões após o oligopólio do agronegócio com seu poder social e político vender parte de suas terras ociosas e a classe trabalhadora ali residente apostar as suas esperanças nas promessas de benefícios a curto e a longo prazo com a chegada de uma prisão, um fixo de grandes proporções. Logo as expectativas foram frustradas, uma vez que a população local – em sua maioria mexicanos, chicanos e afro-estadunidenses – não foi realocada nos novos postos de trabalho das unidades prisionais e os trabalhadores de tais unidades optaram em não morar na cidade. Gilmore, assim, comprova que “as prisões não são boas para as cidades onde vão” (p. 258), pois são “um conjunto de relações que mais enfraquece do que estabiliza as vidas cotidianas em todos os lugares” (p. 328).

Se por um lado o ajuste prisional, ou o desajuste causado “pela fuga de capitais e pela reestruturação estatal” (p. 258), deixa para trás o “resíduo industrial – trabalho desvalorizado, terra intoxicada, comércios fechados, a forma urbana do bairro ou da pequena cidade” e “por extensão, modos de vida inteiros que, tendo sido feitos excedentes, desajustam pessoas: homens, mulheres, ‘as crianças’” (p. 258), por outro, Gilmore ensina que é contra esse desajuste que se forma o caldo mobilizador de distintas lutas de mães e demais familiares em resposta a outra crise crescente: “a intensidade com que o estado vinha prendendo seus filhos, de todas as idades, no sistema de justiça criminal” (p. 262).

Assim, no capítulo 5 “*Mothers Reclaiming Our Children*”, a autora centraliza suas atenções no movimento *Mothers ROC* surgido em 1992, em Los Angeles, em resposta à condição de mães que perdiam seus filhos – em sua maioria não brancos – para o sistema de justiça criminal. Conforme Gilmore, o trabalho coletivo dessas mães (em suas estratégias de autoajuda radical, de informar, contestar, reivindicar a vida livre de seus filhos) começava por identificar as situações de violência que assolavam suas famílias, e concentrava suas energias para produzir “solidariedade comunitária, ou integração política, permitindo ações” (p. 322). O *Mothers ROC* iluminava as contradições da crise do capitalismo e do estado racial, pois reunia “mulheres da força de trabalho global” lutando “diariamente contra os processos e efeitos reais dos ajustes estruturais em todo o mundo” (p. 323) e, sobretudo, “representava uma ativação política em torno da crescente conscientização sobre as maneiras específicas que o lar da classe trabalhadora contemporânea é um local saturado pelo estado racial neoliberal” (p. 324). Assim, para a autora, a união via maternidade perpassou as críticas específicas às penas de seus entes queridos nos espaços do militarismo doméstico ao construírem um movimento poderoso, pois questionador das estruturas fundantes do capitalismo racial.

No último capítulo do livro “O que se pode fazer”, Gilmore destaca sua atuação como pesquisadora militante, enfatizando a necessidade de combater a desumanização – um elemento essencial para que a sociedade aceite que milhões de pessoas vivam parte ou toda a sua vida encarceradas. Para a autora, no mundo atual, “o racismo é o meio comum através do qual a desumanização atinge a normalidade ideológica” (p. 330). Dessa forma, a expansão do sistema prisional reforça o racismo ao estabelecer e explorar, de maneira “extralegal ou sancionada pelo estado”, a “vulnerabilidade de um grupo específico à morte prematura” (p.334). Se a expansão prisional é resultado dos ajustes às crises cíclicas e estruturais do capitalismo racial, Gilmore propõe a justiça econômica e ambiental – alcançada, por exemplo, por meio de organizações políticas antiprisionais e movimentos de solidariedade – como fundamentais para o antirracismo no contexto contemporâneo.

Na medida que nos últimos anos o Brasil também apresentou uma expansão e interiorização prisional (Godoi, 2017), além de diversas articulações políticas nos projetos de construção de novas

unidades prisionais e uma maior organização dos movimentos sociais, à exemplo da Amparar<sup>6</sup>, também é possível, lendo Gilmore, traçar pontos de aproximação com a realidade prisional nacional (Barros, 2016). Já do ponto de vista da disciplina geográfica esta é uma obra que contribui decisivamente para pensar novos caminhos de análise do lugar e do cotidiano – um guia de ação política e uma tese que ensina não só sobre a economia política do período contemporâneo, mas, sobretudo, sobre como conduzir pesquisas engajadas na produção de teorizações rumo a um futuro libertário, ou seja, orientadas às geografias da abolição.

### Referências Bibliográficas:

BARROS, Rodolfo Arruda Leite de. Uma leitura de Golden Gulag: discutindo a economia política da pena e uma aproximação com o debate sobre a expansão prisional no estado de São Paulo. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 799–819, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6172>. Acesso em: 29 set. 2024.

GILMORE, Ruth Wilson. **Golden Gulag**: prisons, surplus, crises, and opposition in Globalizing California. Berkeley: University California Press, 2007.

GILMORE, Ruth Wilson. Change everything: do capitalismo racial ao abolicionismo. [Entrevista cedida a] Cristiano Nunes Alves, Livia Cangiano Antipon e Maria Fernanda Novo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/change-everything-do-capitalismo-racial-ao-abolicionismo/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARCHETTI, Fabiana. **Livraria Francesa e Difel: Economia do livro, sociabilidade literária e pensamento universitário em São Paulo (1947-1982)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 2023.

ROBINSON, Cedric James. **Black Marxism**: the making of the black radical tradition, Zed Press: London, 1983.

---

<sup>6</sup> Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as e Internos/as da Fundação Casa (São Paulo).

## **SOBRE A AUTORA**

**Livia Cangiano Antipon**  - Professora substituta da Universidade Federal do Maranhão (Centro de Ciências Humanas/Departamento de Geociências) e doutora (2024) em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-Fapesp). Nesta universidade me formei Mestre (2017), Bacharela (2014) e Licenciada (2013) em Geografia. Atualmente, tenho especial interesse na área de Geografia Econômica, Política e Urbana, com ênfase nos estudos sobre a fome, as teorias abolicionistas e os movimentos pelo direito à alimentação nas metrópoles dos países periféricos. Sou coautora do livro "Fome e Assistência Alimentar na Pandemia" (Editora Paulus, 2022).

E-mail: liviacangiano@gmail.com

Data de submissão: 30 de setembro de 2024

Aceito para publicação: 02 de outubro de 2024

Data de publicação: 07 de outubro de 2024